

do processo disciplinar mandado instaurar por deliberação do Conselho Diretivo do ISS, IP., tomada em sessão de 25/02/2015.

A decisão de arquivamento, tomada por deliberação do Conselho Diretivo datada de 16 de fevereiro de 2016, foi suportada nos fundamentos constantes do relatório final que acompanha a informação 204/2016, de 10/02/2016, do DRH/NAJC.

10 de março de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Luís Monteiro*.  
209437938

## SAÚDE

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 4132/2016

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) procedeu à abertura do procedimento concursal n.º 572\_CRESAP\_75\_11/14 para o cargo de vice-presidente do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 727/2015, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2015, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Considerando que, nos termos previstos no artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, alterada pelas Leis n.ºs 68/2013 e 128/2015, o júri do mencionado procedimento concursal verificou a existência de três candidatos com mérito para constituir a respetiva proposta de designação.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos artigos 19.º, 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., o licenciado Luís Augusto Coelho Pisco, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — Autorizo o nomeado Luís Augusto Coelho Pisco a exercer, em acumulação, a atividade de docência em estabelecimentos do ensino superior, cumpridos os requisitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro e 84/2015, de 7 de agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

15 de março de 2016. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*.

#### Súmula curricular

Luís Augusto Coelho Pisco é natural de Paranhos, no Porto, onde nasceu em 18 de julho de 1956. Licenciado em Medicina pela Universidade de Coimbra em julho de 1979. É especialista em Medicina Familiar tendo tomado posse como clínico geral em março de 1983, provido na categoria de assistente de clínica geral em dezembro de 1991, tendo obtido o grau de consultor em 1995 e o de chefe de serviço em 2000. Curso de Medicina do Trabalho da Escola Nacional de Saúde Pública sendo Especialista em Medicina do Trabalho pela Ordem dos Médicos. Competência em gestão de serviços de saúde reconhecida pela Ordem dos Médicos em 2003.

Na sua experiência destaca-se o trabalho como Diretor do Instituto da Qualidade em Saúde entre 27 de abril de 1999 e 12 de outubro de 2005, Coordenador da Missão para os Cuidados de Saúde Primários entre outubro de 2005 e abril de 2010, Vice-presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo entre outubro de 2011 e o momento atual.

Presidente da Direção da Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral entre janeiro de 1999 e junho de 2009. Membro da direção desde 1990. Membro da direção da Sociedade Europeia de Medicina

Familiar entre 2001-2004 e 2005-2007. Colaborador desde janeiro de 1995 da Direção de Serviços de Promoção e Garantia da Qualidade da Direção-Geral da Saúde. Coordenador nacional do projeto *MoniQuOr* (monitorização da qualidade organizacional dos centros de saúde).

Membro da Comissão Nacional de Saúde da Criança e do Adolescente entre 2004 e 2008.

Fundador e membro da Direção da Sociedade Portuguesa para a Qualidade na Saúde criada em abril de 2010 e Membro do Conselho para a Qualidade na Saúde nomeado em 8 de junho de 2009 e Representante do Ministério da Saúde na Comissão Executiva do Conselho Nacional da Qualidade até à sua extinção.

Professor convidado do Departamento de Medicina Geral e Familiar da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa e no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Participação regular como preletor em reuniões científicas ao nível nacional e internacional.

Diretor da Revista Qualidade em Saúde e da versão portuguesa da *American Family Physician* até outubro de 2005. Membro do conselho consultivo da Revista Portuguesa de Clínica Geral, membro do grupo de revisores da revista *Quality in Health Care e Annals of Family Medicine*. Membro até dezembro de 2009 do *Editorial Board do Quality in Primary Care, Primary Health Care Journal e International Journal of Medicine* editadas em Inglaterra. Membro do *International Advisory Board do British Journal of General Practice*.

Desde o ano 2000 mantém uma colaboração regular com o Brasil, particularmente como Preletor e Formador entre outros do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Medicina Familiar e Comunitária na área da Qualidade, nomeadamente no Programa de Saúde da Família e em projetos de Avaliação e Melhoria da Qualidade.

*Fellow* da Associação Mundial de Médicos de Família (*WONCA*) e *Royal College of General Practitioners*.

209441566

#### Despacho n.º 4133/2016

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) procedeu à abertura do procedimento concursal n.º 599\_CRESAP\_35\_03/15 para o cargo de vogal do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., publicado pelo Aviso (extrato) n.º 4845/2015, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, de 4 de maio, em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública, previstas nos artigos 18.º e 19.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro, aplicáveis por força do n.º 4 do artigo 19.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro;

Considerando que, nos termos previstos no artigo 19.º da citada Lei n.º 2/2004, alterada pelas Leis n.ºs 68/2013 e 128/2015, o júri do mencionado procedimento concursal verificou a existência de três candidatos com mérito para constituir a respetiva proposta de designação.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto nos artigos 19.º, 20.º e 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, posteriormente alterada pelo Decreto-Lei n.º 123/2012, de 20 de junho e pelas Leis n.ºs 24/2012, de 9 de julho e 66-B/2012, de 31 de dezembro, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., o licenciado Rui Manuel Duarte Vieira, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — Autorizo o nomeado Rui Manuel Duarte Vieira a exercer, em acumulação, a atividade de docência em estabelecimentos do ensino superior, cumpridos os requisitos da alínea c) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro e 84/2015, de 7 de agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

15 de março de 2016. — O Ministro da Saúde, *Adalberto Campos Fernandes*.

**Súmula curricular**

Rui Manuel Duarte Vieira, nascido em 23.07.1969  
Formação Académica:

Pós-Graduado em Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), do Instituto Universitário de Lisboa (2010), Pós-Graduado em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa (2006) e Licenciado em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade Técnica de Lisboa (1996).

Formação em Gestão Superior:

*Leadership in Healthcare Delivery* (LHCD) na Nova *School of Business & Economics* (2015), Curso de Alta Direção em Gestão de Unidades de Saúde para Gestores no Instituto de Formação e Consultadoria — Escola de Administração da Saúde, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (2015), Curso de Alta Direção em Administração Pública (CADAP) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2009).

Percurso Profissional:

Diretor do Departamento de Gestão e Administração Geral da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (2016-2010); Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Odivelas (2010-2006); Chefe de Divisão da Contabilidade do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P. (2006-2002), Técnico Superior do Instituto da Segurança Social (desde 2006), Técnico Superior de Contabilidade e Gestão Financeira do Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social (2006-1999), Desempenho de cargos diretivos e de consultorias na área administrativa e financeira de empresas de sector privado.

Outras Atividades:

Tesoureiro da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Moscavide (desde 2014), Vogal Efetivo da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Moscavide (2014-2009).

209441728

**Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.****Aviso n.º 3900/2016**

Faz-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 20.º da Portaria n.º 217/2011, de 31 de maio, foi, por deliberação do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde, IP de 23-12-2015, homologada a lista de classificação final dos candidatos do Júri n.º 2, da especialidade médica de Ginecologia/Obstetrícia, no âmbito do procedimento concursal nacional de habilitação ao grau de consultor da carreira médica, aberto pelo aviso n.º 9295-A/2012, publicado no *Diário da República* n.º 130 (2.ª série), de 6 de julho:

**Júri n.º 2 de Ginecologia/Obstetrícia — ARS LVT**

Dra. Ana Paula Duarte Ferreira — *Não compareceu*  
Dr. António Jacinto Cordeiro — *Aprovado*  
Dra. Carla Isabel Esteves Baleiras Duarte Reis — *Aprovado*  
Dra. Fernanda Maria Ervedoso Gomes — *Aprovado*  
Dr. Fernando António Ferreira Igreja — *Aprovado*  
Dr. Fernando Jorge Abreu Cirurgião — *Aprovado*  
Dra. Helena Cristina Santos Pereira — *Aprovado*  
Dra. Helena Maria Martins Pereira — *Aprovado*  
Dra. Isabel Maria Ferreira Valada Pinto — *Aprovado*  
Dra. Isabel Maria Lação Grilo — *Aprovado*  
Dra. Isabel Maria Ramos Fachada Martins Silva Beirão Amador — *Aprovado*  
Dr. João Carlos Santana Mairós — *Aprovado*  
Dr. João Manuel Dos Reis Colaço — *Aprovado*  
Dr. José Conceição Sacramento Sousa — *Aprovado*  
Dra. Lina Maria Costa Alves Redondo — *Aprovado*  
Dra. Lisa Marina Fragoas Ferreira Vicente — *Aprovado*  
Dra. Madalena Maria Lima Rocha Lourinho — *Aprovado*

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Portaria supra-citada, a data de obtenção do grau de consultor dos médicos aprovados constantes desta lista reporta-se a 21-10-2015, data da publicação da primeira lista da presente especialidade médica, conforme o Aviso

n.º 12110/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 21 de outubro de 2015.

17-03-2016. — A Diretora do Departamento de Gestão e Administração Geral, *Manuela Carvalho*.

209450395

**Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.****Aviso (extrato) n.º 3901/2016**

Em cumprimento do disposto no art. 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 2619, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 05 de outubro de 2015, com a trabalhadora Helena Maria Botelho Dias, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Lezíria, com a remuneração base de 1201,48 €, correspondente à 1.ª posição remuneratória da respetiva categoria.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Maria Adelaide Lopes Pires Afonso Orfão, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Cascais.

1.ª vogal efetiva — Anabela Candeias Rodrigues Roque, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Cascais.

2.ª vogal efetiva — Susana Isabel Carvalho Ferreira Lavinha, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Cascais.

1.ª vogal suplente — Ilda Maria Nunes, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I.P./ACES Cascais.

2.ª vogal suplente — Fátima Clementina Gaspar Silva, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Cascais.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pela n.º 1, da cláusula 6.ª, do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

22 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

209438091

**Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.****Aviso n.º 3902/2016**

Nos termos do disposto no artigo 46.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e após homologação da ata do júri constituído para o efeito, torna-se público a conclusão, com sucesso, do período experimental da carreira de enfermagem, das seguintes trabalhadoras:

Nome do Profissional	Classificação Final
Celeste da Conceição Correia Travessa . . . . .	17,40
Isabel da Graça do Rosário Maneta . . . . .	17,21
Vanessa Sofia Coelho dos Santos Pereira Godinho . . . . .	17,10

9 de março de 2016. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Paula Alexandra Ângelo Ribeiro Marques*.

209439452

**Direção-Geral da Saúde****Despacho n.º 4134/2016**

Nos termos do disposto no artigo 45.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), o período experimental corresponde ao tempo inicial de execução do contrato e destina-se a comprovar se o trabalhador possui as competências exigidas pelo posto de trabalho que vai ocupar.